

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Psicologia

Gabriela Rozman

DIMENSÃO SUBJETIVA DA DESIGUALDADE SOCIAL

São Paulo

2008

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Psicologia

Gabriela Rozman

DIMENSÃO SUBJETIVA DA DESIGUALDADE SOCIAL

**Trabalho de conclusão de curso como exigência
parcial para graduação no curso de Psicologia
sob orientação do Prof. Dr. Odair Furtado**

São Paulo

2008

AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente a meus pais, que me apoiaram para que eu seguisse em minha busca profissional com calma; a meus amigos santistas, que sempre me incentivaram; aos professores que me marcaram com conhecimentos e reflexões; ao meu orientador, que entendeu minha correria e me auxiliou com meus milhões de pensamentos sobre este tema tão difícil.

Sobretudo, ao quinteto, companheiras que viveram comigo todas as experiências e estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis e de diversão!

Gostaria de agradecer, em especial, a Profa. Graça, que sempre me acolheu com paciência e muito carinho durante minha estadia na universidade.

RESUMO

A desigualdade social brasileira vem produzindo situações de vida preocupantes à maioria população. A presente pesquisa busca pelos elementos subjetivos construídos a partir dessa realidade, ou seja, os sentimentos, valores, emoções, percepções entre outros aspectos que acompanham as vivências das pessoas com condições materiais desiguais na cidade de São Paulo. O objeto de análise foi o material publicado pelo jornal Folha de São Paulo, incluindo artigos, editoriais e cartas ao leitor, durante o período de 1º de outubro de 2007 a 30 de outubro de 2007, onde sujeitos analisaram um episódio de violência urbana. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa em que a análise dos dados foi baseada em conceitos da Psicologia Sócio-Histórica. Assim, a construção de categorias como metodologia foi decorrente da importância de um método materialista dialético e necessidade de uma teoria que fizesse mediação entre método materialista histórico e fenômenos psíquicos. Foram construídas quatro categorias de análise: Violência – determinações objetivas e subjetivas, Direitos e Deveres, Percepção da desigualdade social e Riqueza e Pobreza. Foi possível observar uma dimensão subjetiva marcada por sentimentos de incômodo, estranhamento e invisibilidade entre as classes sociais. A culpabilidade pela situação de violência marcou os discursos dos sujeitos, sendo o Estado o grande responsável pelas condições de vida necessárias para que o sujeito não cometa o ato violento. O trabalho e a crença na meritocracia apareceram como justificativa para uma vida digna. A violência foi apontada como natural do indivíduo, encobrindo a desigualdade social no país. Por outro lado, a justificativa dos sujeitos

para o ato violento como uma determinação social, não apontou para um caminho de emancipação do sujeito na medida em que retirou do sujeito sua possibilidade de ação sobre a realidade. São poucos os sujeitos que compreendem a desigualdade social como um processo a ser transformado. Em contrapartida, a culpabilização constante encobriu a complexidade do fenômeno da desigualdade social e a percepção do sujeito como um ser social, singular e histórico.

SUMÁRIO

Introdução

1

Psicologia Sócio-Histórica

4

Dimensão objetiva da desigualdade social

8

Dimensão subjetiva da desigualdade social

12

Metodologia

18

Análise

22

Conclusão

34

Referências Bibliográficas

38

Anexo

40

INTRODUÇÃO

Índices econômicos e sociológicos apontam a desigual distribuição de renda do país como uma das piores que existem no mundo. Neste cenário, muitos brasileiros vivenciam situações precárias de vida como o desemprego, baixa qualidade na educação, insegurança no trabalho e na vida, violência entre outros aspectos que se configuram em um quadro social preocupante e carente de políticas públicas.

A desigualdade social é tradicionalmente estudada pelas ciências sociais, antropologia, economia entre outras ciências que

abordam o tema na tentativa de buscar por explicações, barreiras e alternativas para superá-la. No entanto, os elementos subjetivos, ou seja, as emoções, sentimentos e percepções que acompanham este fenômeno tem sido um campo negligenciado pelas teorias das varias áreas do conhecimento.

A Psicologia tem se mostrado distante das questões sociais, compreendendo-as de forma genérica e/ou universal ou como desajustes sociais que provocam sofrimentos aos indivíduos. Neste sentido, a Psicologia Social tem como contribuição orientar o estudo dos conflitos sociais fornecendo elementos que apontem para a subjetividade produzida pelos fenômenos sociais. Tem como objetivo buscar respostas para orientar as políticas públicas, incorporando aos cálculos econômicos e custos sociais, os sentimentos que acompanham as problemáticas sociais; procurando demonstrar como os ingredientes psicossociais sustentam e reproduzem a desigualdade social.

Afinal, como não se perguntar como é possível conviver com tão profundas desigualdades? Como explicar tanta violência e miséria? Porque, apesar das condições precárias de vida de muitos brasileiros, não conseguimos transformar a realidade do país? Responder a estas questões implica em investigar os elementos subjetivos produzidos pelo fenômeno da desigualdade social, apontando para as contradições presentes no discurso dos brasileiros que nos revelem as possibilidades de superação da realidade.

Assim, a presente pesquisa procura compreender a dimensão subjetiva dos sujeitos que vivenciam a desigualdade social na cidade de São Paulo. Buscam-se por imagens, valores, sentimentos e percepções que acompanham as vivências da classe social alta e baixa na sociedade brasileira ao analisar os discursos sobre um episódio de violência urbana veiculados em um grande jornal de circulação.

Esta pesquisa é a continuação do projeto de Iniciação Científica que vem sendo desenvolvida há três anos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sob orientação de professores do Departamento de Psicologia Social. Durante o ano de 2007, quando desenvolvi minha pesquisa, foram realizadas entrevistas com moradores do bairro de São Miguel Paulista, Zona Sul de São Paulo, sendo que fiquei responsável pela análise dos discursos das mulheres. Estes foram analisados em quatro categorias: explicação da desigualdade social, descrição da mesma, sentimentos e projetos futuros. Na entrevista com o grupo das mulheres, foi possível apontar para elementos subjetivos que caracterizavam as vivências da classe baixa sobre a situação da desigualdade social.

Esta era percebida pela diferença no acesso aos bens de serviço como educação, transporte e saúde e no sucesso das tentativas e oportunidades, sendo este como decorrente do esforço de cada pessoa. Assim, ser rico apareceu como natural enquanto que a própria situação de pobreza aparecia como falta de estudo, de dinheiro, de emprego, por raça ou por ser da periferia.

Os sentimentos que surgiram foram de humilhação: não ser ninguém; ser tratada com “escrava”; “cachorra velha” ou “ladra”, “negrinho”, “sujo” e “favelado” são algumas expressões que manifestaram. No entanto, não pareciam sofrer com isso, falavam como se não concordassem e não gostassem.

Quanto a projetos futuros, referiam-se ao emprego, estudo para si e para os filhos, “melhorar a vida” e um “mundo melhor”. Para este último, indicavam um mundo de respeito, sem desigualdade e sem preconceito e com emprego para todos. Apontaram para a necessidade de mais amor com o próximo como solução para os problemas atuais.

Os resultados foram discutidos e articulados às contribuições teóricas de autores que abordam o tema da desigualdade social. Observou-se que os sentidos subjetivos encontrados nas entrevistas tanto dos homens quanto das mulheres moradores de São Miguel Paulista revelaram sentimentos de humilhação social (conceito apresentado adiante) e uma percepção da desigualdade social como uma realidade intransponível, impedindo a emancipação do sujeito e uma maior compreensão do fenômeno.

Na presente pesquisa, pretende-se aprofundar a temática na busca pelos elementos subjetivos que configuram a dimensão subjetiva da desigualdade social.

PSICOLOGIA SÓCIA- HISTÓRICA

O presente estudo pretende investigar a dimensão subjetiva da desigualdade social com base na Psicologia Sócio-Histórica, uma abordagem que compreende o homem como um sujeito social, histórico e ativo.

A noção de sujeito carrega em si o conceito de historicidade, pois foi construída no desenvolvimento do capitalismo a partir dos novos modos de produção e relações sociais. A articulação de características marcantes deste período como racionalismo e o individualismo inauguraram uma nova concepção de homem como capaz de se perceber como um sujeito ativo que pode construir tanto a própria existência como a história da humanidade. A constituição deste sujeito introduz nesta época o reconhecimento e a valorização das experiências individuais, abrindo campo para o estudo da subjetividade como objeto de ciência.

Para a Psicologia sócio-histórica, a subjetividade é compreendida como individual, mas constituída a partir de um processo objetivo, social e histórico. Assim, *“para entender o que cada um sente e pensa, é preciso investigar os valores sociais, as formas de relações e de produção de sobrevivência do indivíduo e do mundo, pois é através das atividades do homem, ou seja, da materialidade, que o homem produz sua subjetividade”* (Bock, Furtado e Teixeira, 2003, p. 91).

A relação entre a subjetividade e a objetividade ocorre de maneira dialética, ou seja, o homem se relaciona com mundo material não de forma linear, mas em constante processo de movimento e

transformação. É a contrariedade presente na vida material que possibilita experiências contraditórias para o sujeito e, assim, a superação da realidade.

Assim, os fenômenos sociais e humanos são compreendidos como históricos e sociais e se relacionam com a materialidade em um processo dialético. Desta forma, a dimensão subjetiva que acompanha os fenômenos sociais é caracterizada pela maneira *“como o homem registra o mundo em que vive, como orienta sua ação neste mundo e como o sujeito sente, pensa e expressa suas experiências na contemporaneidade”* (Gonçalves, 2003, pg.45).

Esta concepção busca romper com a idéia de que os fenômenos humanos são regulados por leis naturais, presente em muitas correntes da Psicologia. Esta visão de uma natureza universal do homem encobre a materialidade e historicidade dos fenômenos humanos, como expõe Gonçalves (2003), com clareza:

“esta visão de uma subjetividade concebida como universal, individual, racional e natural é decorrente da compreensão liberal do sujeito e tem como implicações o conceito de normalidade, valorização da intimidade, naturalização dos fenômenos, racionalidade técnica, cumprindo um papel ideológico de manutenção das relações sociais do capitalismo” (p.47).

Assim, a presente pesquisa procura identificar a dimensão subjetiva presente nos discursos dos sujeitos, apontando para as possibilidades e limites do sujeito contemporâneo, na direção de

superar o que impede a transformação da desigualdade social brasileira.

Subjetividades contemporâneas

A necessidade de compreender a subjetividade contemporânea tem como objetivo identificar os limites e contradições das concepções da modernidade que impedem a compreensão deste sujeito histórico e social apontado acima.

O primeiro aspecto a ser destacado é a racionalidade e seu questionamento na contemporaneidade. A dúvida que se instaura sobre o imperativo da razão está relacionada às impossibilidades das promessas da modernidade que não tem se cumprido. *“O homem se encontra diante de diversas incoerências e perplexidades como as concepções de sociedade (modo de produção X modo de vida), papel do Estado na organização e regulação da economia e sociedade, lugar do indivíduo (estruturalismo X individualismo), relações identitárias (global X local)”* (Santos, 1996 apud Gonçalves, 2003, p. 76), sendo que estas diferentes concepções têm orientado de maneira contraditória a ação do homem sobre o mundo.

As tentativas de justificar as ações humanas através da razão implicam em diferentes visões de homem e sua subjetividade. De um lado, a racionalidade pode cumprir um papel ideológico, buscando encobrir as contradições da sociedade atual. Por outro lado, o questionamento da racionalidade como inexistente nos leva ao relativismo e conformismo, em que os fenômenos humanos são entendidos como naturais e intrínsecos ao homem. Desta forma, o

sujeito histórico é anulado e as possibilidades de realizar-se como membro de uma coletividade cristalizadas.

Outra característica marcante na contemporaneidade é o individualismo, manifestado em diversas instâncias da vida cotidiana e, principalmente, na busca por prazer imediato e na voracidade do consumo. Se, por um lado, o individualismo trouxe diversas possibilidades ao homem, por outro, apresenta uma complexidade de práticas, valores e experiências que impedem a realização da construção de um projeto coletivo.

“Não há como negar as inúmeras possibilidades trazidas pela tecnologia como diversidade de experiências. Novas formas de conhecer e vivenciar o tempo e o espaço, perceber o alcance da ação humana, perceber e experienciar o corpo, de se relacionar e comunicar, mais oportunidade de ser novo. Isso traz consigo, contraditoriamente, outro conjunto de experiências. Relativas a transitoriedade, rapidez das mudanças, impossibilidade de permanência. Valorização do efêmero, do imediato, cultura do descartável, impossibilidade do compromisso. A individualidade (satisfação de todos os desejos) e contraditoriamente impedimento ao processo simbólico (impossibilidade de transcender, ter história, um projeto)” (Gonçalves, 2003, p. 83)

Ao compreender que a subjetividade é construída a partir dos valores e relações sociais e em determinado momento histórico, as características apresentadas acima nos orientam na investigação da

dimensão subjetiva do sujeito contemporâneo implicado em uma sociedade marcada pela desigualdade social.

DIMENSÃO OBJETIVA DA DESIGUALDADE SOCIAL

Uma pesquisa recente realizada pelo Instituto de Pesquisa de Economia (Ipea, 2008) revelou que a desigualdade de renda no Brasil diminuiu nos últimos anos. O crescimento produtivo do país somado a outros fatores acompanhou uma melhora na renda das famílias em todas as faixas. No entanto, mostrou também que os significativos ganhos de produtividade não estão sendo repassados aos salários, indicando que os detentores dos meios de produção podem estar se

apoderando de parcela crescente da renda nacional. Isto significa que *“a remuneração dos trabalhadores não tem acompanhado plenamente os ganhos de produtividade da indústria brasileira”* (Ipea, 2008, p. 11), ou seja, a diminuição na distribuição da renda encontra ainda grande dificuldade de ser superada.

O Coeficiente de Gini é uma medida comumente utilizada para calcular como a riqueza total do país é distribuída entre seus habitantes, segundo a qual o Brasil ocupa o 7º lugar com valor de 0,5 (Ipea, 2008), demonstrando que a metade pobre da população brasileira ganha em soma quase o mesmo valor (12,5% da renda nacional) que os 1% mais ricos (13,3%). Neste cenário, o desemprego, baixa escolaridade, violência, miséria, entre outros fatores se configuram no cotidiano de muitos brasileiros.

Uma das conseqüências da desigualdade social na sociedade brasileira é a violência. Apesar da complexidade do fenômeno e, portanto, das diversas determinações para tal, Amorim e Pochmann (2003), nos revelam que os maiores índices de violência estão presentes nas cidades com maior desigualdade social, entre elas, São Paulo.

Para reverter esta realidade, diversas estratégias acompanharam a história do país. As políticas econômicas apontam para o crescimento econômico como uma solução, baseando-se na idéia de que, uma economia, à medida que cresce, torna maior a disponibilidade de recursos à população e, mais cedo ou mais tarde, acaba por beneficiar os mais pobres (Medeiros, 2005). A redução populacional também encontrou força no meio acadêmico por meio das teorias neomalthusianas e vinculou-se às políticas de controle de fecundidade, acreditando que os recursos seriam maiores conforme o número da população diminuísse. Outra alternativa seria a distribuição dos recursos produzidos pela sociedade, ligando-se a políticas de cunho

igualitaristas, que ocorrem através de políticas de transferência de renda.

Medeiros (2005) analisa as estratégias apontadas acima e demonstra, através de dados estatísticos, que o principal caminho para a redução da desigualdade é através da redistribuição de renda. Para o autor, *“os elevados índices de desigualdade social no país são, quase totalmente, determinados pela existência de estratos mais ricos em uma população predominantemente de baixa renda”* (pg.49, 2005).

No entanto, esta alternativa encontra resistências no Brasil, como têm demonstrado o modelo do sistema tributário e de gastos sociais. *“Em 2002, os gastos com aposentadorias e pensões representaram 73% das despesas com transferências monetárias realizadas pelo governo, sendo que a maior parte é apropriada pelas classes mais favorecidas. Já os programas sociais de transferência de renda, com objetivo de garantir uma renda mínima às famílias mais pobres, representaram 1,5% do total de transferências governamentais”* (Ministério da Fazenda, 2003). Ou seja, o modelo de tributação é altamente concentrador de renda.

Alguns autores defendem que, frente à dificuldade em se realizar a redistribuição de renda, a estratégia utilizada baseia-se na argumentação de que é necessária a formulação de políticas públicas que possibilitem ao restante da população alcançar o nível de renda da camada rica, pois isto não implicaria em perda de riqueza por parte da elite. Esta alternativa é debatida no meio acadêmico e encontra-se presente no discurso de muitos brasileiros como uma possibilidade de “igualdade de oportunidade”: seja por meio de qualificação dos trabalhadores, controle do mercado de trabalho, através da escolaridade ou de características observadas das famílias ricas. A

questão que se coloca é se seria possível ascender a grande massa de população não-rica ao estrato rico.

Medeiros questiona esta possibilidade ao analisar as características observadas que definem a riqueza. Para o autor, *“uma das causas da desigual distribuição de renda diz respeito à diferença na ocupação dos cargos dos dois estratos sociais. Portanto, uma das formas de aumentar os rendimentos da camada pobre é através da remuneração. Isto pode ser feito de duas maneiras: mudando as características dos trabalhadores ou alterando forma como mercado os vê”* (Ipea, 2004)

Ao analisar estas duas alternativas, afirma que se todos os trabalhadores do país tivessem o nível educacional dos ricos, não seria suficiente para gerar uma grande massa de riqueza. Ou seja, um elevado nível educacional é necessário, porém não suficiente para que uma família seja rica. E, se todos os trabalhadores recebessem a remuneração dos ricos, segundo características observadas (homens brancos, com idade 53 anos, superior completo e do sudeste), apenas 3,9% ficariam ricos, o que indica que, embora importante para determinar a diferença entre remuneração, esses fatores não são suficientes para explicar a riqueza de uma parcela da população. Ou seja, existe algo por trás da situação de riqueza que não se resume a escolaridade, raça, sexo etc. O autor aponta para as redes de relacionamento pessoal, capital cultural, contato pessoal, herança entre outras que influenciam na condição de riqueza. Assim, conclui que é muito difícil que políticas públicas modifiquem o mercado de trabalho a ponto de permitir a elevação dos rendimentos de massa da população pobre ao nível da população rica.

Por outro lado, as políticas públicas são fundamentais para garantir condições de vida mais dignas aos brasileiros no que diz

respeito ao acesso aos bens de serviço produzidos pelo país, como educação, saúde e lazer. No entanto, estes direitos são negados a muitos brasileiros.

Porque diante de tanta violência e sofrimento, não conseguimos mudar nossa realidade? Porque apesar das tentativas econômicas e defesas sobre políticas públicas não conseguimos avançar?

Para compreendermos a dificuldade acima apresentada é fundamental compreendermos a dimensão subjetiva produzida pelo fenômeno da desigualdade social: a percepção dos brasileiros a respeito da própria condição de vida do país, os desejos dos cidadãos sobre o futuro do país e as emoções envolvidas nas relações entre as diferentes classes sociais nos fornecem elementos para compreender porque a realidade de pobreza e desigualdade social perpetua no Brasil.

DIMENSÃO SUBJETIVA DA DESIGUALDADE SOCIAL

As análises realizadas acerca da desigualdade social levam em conta dados econômicos e sociais ao passo que a compreensão da dimensão subjetiva produzida por este fenômeno não é considerada nos estudos sobre a questão.

Alguns autores buscam compreender a percepção dos brasileiros sobre a realidade, revelando assim os mecanismos de legitimação que reproduzem esta condição e impedem mudanças significativas na sociedade brasileira.

Scalon (2004) apresenta a hipótese de que nos países onde a percepção de mobilidade social é maior tendem a apresentar maior aceitação das desigualdades sociais. A pesquisa revela que os brasileiros apontam para a inteligência como um fator extremamente importante para ascensão social enquanto que, quando questionados sobre a importância das características adstritas, ou seja, a importância de pertencer à família rica e de conhecer pessoas bem colocadas, não consideram tão importantes. Esta percepção está fundada no ideário

liberal que coloca que na sociedade moderna são as características adquiridas que predominam no processo de ascensão social.

Com base na crença nas recompensas individuais como possibilidade de mobilidade social, os brasileiros apresentam os maiores índices – em pesquisa comparativa com outros países - na disparidade entre as rendas que deveriam ser distribuídas nas ocupações profissionais, como por exemplo, apontam que o presidente de uma empresa deveria ganhar 16 vezes mais que um balconista, segundo a elite, e 12 vezes mais, segundo o povo, um valor que, embora menor, revela uma distância salarial muito grande.

Assim, autora conclui que *“quando a ascensão social e a obtenção de melhores rendimentos são vistos como resultado de méritos e características individuais, a desigualdade social tem maior grau de aceitação”* (Scalon, 2004, p. 31).

Scalon justifica esta hipótese recorrendo às possibilidades de mobilidade social na história do desenvolvimento capitalista.

“No século XIX, a ordem capitalista é encarada como injusta e ilegítima e são inúmeros os movimentos contestatórios na cidade e no campo, revelando o descontentamento. Neste caso, observa-se a deslegitimação da ordem ligada ao sentimento de injustiça. Já no século XX, os pobres passam a acreditar que romperam a fronteira da necessidade e o sentido de injustiça torna-se descendente. Há neste momento, o sentimento de que a sociedade embora desigual, mas não é injusta. Assim, não a ponto de se tornar um elemento de deslegitimação. Neste momento, os pobres percebem o acesso dos ricos aos bens

civilizatórios, aspiram este bem-estar. Esta perspectiva real ou imaginada de acesso é elemento essencial de justificação da desigualdade percebida" (p.22)

No caso brasileiro, verificamos que a possibilidade de mobilidade social na sociedade atual, como demonstrada pela pesquisa do Ipea, pode legitimar a desigualdade social atual do país, apontando para as recompensas individuais – daí a importância dada as políticas públicas como a educação – como possibilidade de ascensão social.

No entanto, como observado por Medeiros, a educação entre outras características que definem a riqueza não são os únicos fatores que possibilitam a mobilidade social.

Souza (2006) nos apresenta outros elementos que impedem a ascensão social e perpetuam a desigualdade social no país. Para o autor, são *"as disposições e motivações que incorporamos em nossa trajetória de vida e que são construídas a partir de valores historicamente ancorados em instituições materiais (escola, família, Estado) e imateriais (representações sociais, ideologias) que legitimam a distribuição desigual de capital nas sociedades modernas"* (p. 65.)

Maciel (2006) busca compreender como os critérios modernos produzem duas classes sociais diferenciadas na realidade brasileira e, para tanto, apresenta o conceito de habitus de Souza, sendo o *habitus primário* descrito como:

"um conjunto de esquemas avaliativos e disposições de comportamento objetivamente internalizados e incorporados, que permite o compartilhamento de uma noção de dignidade por classes que homogeneízam uma economia emocional dos

membros. Este constitui um tipo humano exigido pelo capitalismo, que seleciona para o mercado os indivíduos portadores das qualidades impostas por seus critérios” (p.305).

A existência destas qualidades explica a importância da ideologia do desempenho que, por sua vez, define o conteúdo pragmático que todos buscamos. No entanto, esta só é alcançada através do habitus primário, que não é acessível a todos os indivíduos no Brasil. A maioria dos brasileiros se enquadra no que Souza chamou de *habitus precário*, definido por Maciel (2006) como:

“o limite do habitus primário para baixo, tipo de personalidade e disposições de comportamento que não atendem as demandas objetivas de um processo competitivo altamente competitivo, gerando falta de reconhecimento social com dramáticas conseqüências existenciais e políticas” (p.306).

Portanto, não basta a uma pessoa a posse de bens materiais se ela não possuir as capacidades individuais para exercer um padrão de funcionamento exigido pela sociedade. Aqueles que não tiveram a possibilidade de desenvolvimento das pré-disposições psicossociais para corresponder a estas exigências são tomados por um fracasso, ocultando as causas materiais desta suposta derrota. Souza (2003) relata que *“para quem é desclassificado segundo estes padrões, possui, como ferida aberta, o desejo e a necessidade subjetiva por “humanização” (pg.66).*

Os sentimentos e emoções que compõem a dimensão subjetiva da desigualdade social são descritos por Moura (1998) no conceito que chamou de humilhação social, descrita como:

“... a humilhação crônica, longamente sofrida pelos pobres e seus ancestrais, é efeito da desigualdade política, indica a exclusão recorrente de uma classe inteira de homens para fora de âmbito intersubjetivo de iniciativa e da palavra, mas também é de dentro que, no humilhado, a humilhação vem atacar. A humilhação vale como uma modalidade de angústia e, nesta medida, assume inteiramente – como um impulso mórbido – o corpo, o gesto, a imaginação e a voz do humilhado... a humilhação social conhece, em seu mecanismo, determinações econômicas inconscientes. Devemos propô-la como modalidade de angústia disparada pelo enigma da desigualdade de classes. Como tal, trata-se de um fenômeno ao mesmo tempo psicológico e político”.

O autor aponta “espaços sociais” e conseqüentes indicadores da humilhação social. Por exemplo, cita a arquitetura da cidade de São Paulo como excludente das relações humanas. “A segregação dos espaços, visíveis ao percorrer a cidade, gera nos pobres, quando nestes locais, sentimentos de não pertencimento ao lugar, mal estar em público e sentimento de amargura”. Moura refere-se também as relações sociais do trabalho, em que há o chefe que manda e o trabalhador que vende sua força de trabalho. A fixação dos cargos causa insegurança nos trabalhadores (o que fazer e o que não fazer) e

impede iniciativas (faz-se somente o mandado); os indivíduos tornam-se apenas uma aparência, um uniforme e sentimentos como a invisibilidade e a superexposição são disparados. O autor revela que *"esta modalidade de angustia, este enigma," veio como um gesto, um olhar, um enigma que são comportamentos verbais e não verbais que alcançam o sujeito e vem invadi-lo, governando dentro como uma força física, uma energia que perdeu significado, sem que o próprio sujeito possa decifrá-lo "*.

Se a relação de trabalho pode revelar uma situação de angústia, o contexto do desemprego, um grande problema na realidade brasileira hoje, é também um dispositivo de sentimentos de humilhação e isolamento dos desempregados diante do restante da população, como aponta Paugaum (2004). *"Os indivíduos sentem-se fragilizados e inferiores, sendo uma das conseqüências, o distanciamento do meio social e posteriormente, de suas famílias (p. 73).* O desempregado sente-se incapaz e acredita que seu fracasso é visível a todos da sociedade. Após muitas tentativas de conseguir um emprego e um longo período de desânimo, estas pessoas recorrem aos serviços de assistência. Muitos não recorrem à assistência por considerá-la assistência insuportável e uma das conseqüências daqueles que abandonam a assistência é a marginalização.

Por outro lado, a situação de desemprego gera sentimentos de angústia na sociedade para com a classe baixa, desprezando a condição de desemprego dessas pessoas, vistas como "fracassadas". Observa-se que a situação de desemprego dispara sentimentos em ambas as classes sociais, considerando-a como uma condição material constituinte da dimensão subjetiva na relação entre pobres e ricos.

Sawaia (2004) nos aponta para as emoções e sentimentos que acompanham as relações sociais entre as classes sociais. Para tanto, nos apresenta a categoria sofrimento ético-político, como sendo:

“As múltiplas afeções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo ou qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social da sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto. Conhecer o sofrimento-político é analisar as formas sutis de espoliação humana por trás da aparência da integração social (p. 104).

As palavras de Bader apontam para os elementos subjetivos produzidos pelo fenômeno da desigualdade social, revelando como as emoções e sentimentos são naturalizadas pelos indivíduos através de um aparente “integração social”. Sua análise vai ao encontro das observações e descrições de Souza ao descrever que o consenso pré-

reflexivo das qualidades exigidas pelo capitalismo e determinante para a reprodução da desigualdade social, na medida em que são naturalizados pelos sujeitos.

METODOLOGIA

O objeto de análise será o material publicado pelo jornal Folha de São Paulo, incluindo artigos, editoriais e cartas do leitor, durante o período de 1º de outubro de 2007 a 30 de outubro de 2007.

O debate se iniciou com um artigo de Luciano Huck (em anexo) em que manifestava sua opinião e sentimentos a respeito da situação de violência no país após ser assaltado em uma região nobre da cidade de São Paulo. A discussão foi instigada por um artigo de Ferrez (em anexo), criticando a declaração do apresentador e revelando sua visão sobre o fenômeno da violência.

As duas leituras sobre o fenômeno da violência, considerando o fato de Huck pertencer a classe alta e Ferrez a classe baixa, foi o campo que instigou artigos de articulistas e diversas cartas de leitores, que apresentam diferentes concepções sobre a violência e revelam, com isso, os sentimentos, emoções e percepções que acompanham o fenômeno da desigualdade social.

Procedimentos

O objetivo da análise do material qualitativo é apreender os sentidos que constituem o conteúdo do discurso dos sujeitos. A construção de categorias como metodologia de análise é decorrente da importância de um método materialista dialético e necessidade de uma teoria que fizesse mediação entre método materialista histórico e fenômenos psíquicos.

Está baseada na concepção de homem que, ao produzir subjetividade, revela a historicidade, as relações sociais, o modo de produção ao mesmo tempo em que expressa sua singularidade, os significados sociais e sentidos subjetivos, elementos que compõem a dimensão subjetiva.

Os significados são produções históricas e sociais e referem-se *“aos conteúdos instituídos, fixos, compartilhados, que são apropriados pelos sujeitos, configurados a partir de suas próprias subjetividades”* (Ozella; Aguiar, 2006). A partir dos significados, pode-se caminhar para zonas mais instáveis e profundas, ou seja, para as zonas de sentido. Este consiste na articulação dos eventos psicológicos que o sujeito produz frente a uma realidade. *“O sentido refere-se à necessidade que, muitas vezes, ainda não se realizaram, mas que mobilizam o sujeito, constituem*

seu ser, geram formas de colocá-los na atividade” (Gonzalez, 2003 apud Ozella; Aguiar, 2006).

A constituição do homem como um ser social e singular ocorre através das mediações sociais, como o pensamento e a linguagem. Segundo Gonzalez (2003 apud Ozella; Aguiar 2006), *“o pensamento é um processo psicológico, não por seu caráter cognitivo, mas por ser sentido subjetivo, pelas significações e emoções que se articulam em sua expressão”*. Vigotsky então destaca o aspecto fundamental e constitutivo dos afetos: *“afetos são estados corporais que aumentam ou diminuem a capacidade do corpo para a ação, favorecem-na ou limitam-na, assim como as idéias que se tem sobre esses estados”* (Teoria das Emoções, 2004). Assim, a separação entre pensamento e afeto não existe. Como afirma novamente Vigotsky (2004), para se entender o pensamento, analisamos seu processo que, por sua vez, se expressa na palavra com significado. Assim, ao apreender o significado da palavra, entendemos o pensamento. A análise dos pensamentos pressupõe necessariamente a revelação dos motivos, necessidades e interesses que orientam seu movimento. Assim, destaca-se a importância de compreendermos as necessidades e motivos para a compreensão do sujeito e, assim, dos sentidos.

No entanto, o processo de ação do sujeito no mundo a partir de suas necessidades só ocorre quando o sujeito significar algo do mundo social como possível de satisfazer suas necessidades. Somente neste momento algo que impulsiona e motiva o sujeito para a ação no sentido da satisfação de suas necessidades pode se concretizar. Portanto, a necessidade descobre seu objeto de satisfação na realidade social. Ou seja, os motivos se constituem como tal somente no encontro com o sujeito, no momento em que este configurar como possível de satisfazer suas necessidades.

A presente pesquisa busca pelos motivos, necessidades, sentidos e significados acerca da desigualdade social através das palavras manifestadas nos artigos e depoimentos dos brasileiros sobre o fenômeno de violência.

Categorias de análise

Nas primeiras leituras do material, logo observei temas que se destacavam pela alta frequência e que eram acompanhadas por uma maior emoção: a culpabilidade, a busca por explicações, a percepção da violência etc. Mas o que mais me chamou a atenção nos discursos dos leitores foi a divisão entre os mesmos na defesa ou crítica dos artigos, de Luciano Huck e de Ferrez.

Para melhor me organizar e compreender os conteúdos presentes, elaborei resumos dos discursos dos articulistas e leitores em seqüência cronológica (em anexo) e, então, separá-los entre aqueles que defendiam e criticavam Ferrez e Huck. O próximo passo foi organizar os discursos por temas em comum através da frequência, semelhança e contradições em quatro categorias de análise, apresentadas a seguir:

CATEGORIA DE ANÁLISE	OBJETIVO
	Analisar a concepção dos leitores sobre as determinações objetivas e subjetivas para a violência, entendida aqui como

Violência: determinantes objetivos e subjetivos	roubo, assalto e/ou morte.
Direitos e Deveres	Analisar a concepção dos leitores sobre a questão sobre os direitos e deveres dos cidadãos e sua relação com a violência, apontando para as possíveis causas e soluções para a mesma.
Percepção da desigualdade social	Analisar a percepção da desigualdade social de ambas as classes sociais.
Riqueza e Pobreza	Analisar a relação entre ricos e pobres no que se refere aos sentimentos, emoções e percepções de ambas as classes sociais.

Os critérios para a definição das categorias foram baseados em conceitos da Psicologia sócio-histórica, na busca por revelar a subjetividade e contradições presentes no discurso dos brasileiros sobre o fenômeno da desigualdade social.

ANÁLISE

Violência: determinantes objetivos e subjetivos

Em seu artigo, Huck afirma que a violência pode sim ter determinações sociais, mas estas não justificam o ato violento ao relatar *“Provavelmente não tiveram infância e oportunidades, o que não justifica ficar tentando matar as pessoas em plena luz do dia”*. Como solução para esta situação, apresenta a polícia e os projetos sociais.

Em resposta, Ferrez coloca diversas condições objetivas e subjetivas como justificativas para o ato do assalto, demonstrando que não há alternativa senão a violência. O artigo apresenta não somente as condições materiais (como a falta de educação e infância), mas a subjetividade produzida a partir destas vivências como causadoras do ato violento, como no relato: *“Teve infância, isso teve, tudo bem que sem nada demais, mas sua mãe o levava ao circo todos os anos, só parou depois que seu novo marido a proibiu de sair de casa”* e ao descrever a educação como sem propósito com a realidade: *“Teve educação, a mesma que todos em sua comunidade tiveram, quase que nada sirva para o século 21. A professora passava um monte de coisas na lousa – mas para que estudar se, pela nova lei do governo, todo mundo é aprovado? Educação para que?”*. Cita a violência física sofrida pelo assaltante pelo pai, os valores da sociedade manifestados

através das propagandas, que afirma que *"quem não tem, não é nada"* e sentimentos de invisibilidade sofrida pelo pobre. Ao final, demonstra que a culpa por toda a situação é do rico e, por isso, a violência é justificável ao dizer: *"No final das contas, todos saíram ganhando, o assaltado ficou com o que tinha de mais valioso, que é sua vida e o correria com o relógio. Não vejo motivos para reclamação, afinal, num mundo indefensável, até que o rolo foi justo para ambas as partes"*.

Azevedo, articulista da revista *Veja*, critica Ferrez ao dizer que defender a violência é aceitar a barbárie e desconsiderar a democracia. O articulista Clóvis Rossi aponta para a situação em que um padre pobre é assaltado. Através deste fato, pensa: se roubar o rico é promover a distribuição de renda, porque roubar o pobre?

Nos artigos acima, observa-se diferentes concepções do fenômeno da violência. Huck aponta para as condições objetivas como geradoras do ato violento, não apresentando as condições subjetivas geradas pela pobreza. No entanto, não se sente parte da situação, atribuindo ao Estado - através dos projetos sociais e segurança pública - a responsabilidade pelo fenômeno da violência. Ferrez apresenta situações objetivas e subjetivas e aponta para o ato violento como solução justa para as condições precárias de vida dos brasileiros. Já Azevedo aponta para uma concepção do homem como possuidor de uma violência natural, revelando a visão de uma subjetividade natural e individual do homem. Ao contrapor a barbárie com a construção de um país democrático, encobre as más condições de vida de muitos brasileiros. E Rossi, além de colocar a discussão do roubo como a melhor solução para a distribuição de riqueza como defendido por Ferrez, coloca a existência de algo além da desigual distribuição de renda como geradora da violência, mas não apresenta resposta para tal questionamento.

Em defesa a Huck, um leitor aponta para a condição material precária do pobre, mas não acredita que seja justificável para cometer o ato violento, demonstrando a incoerência e revolta por não poder culpar o sujeito violento em detrimento da culpa depositada no apresentador. Outro leitor relata que defender a violência é reforçar os estereótipos negativos em relação ao pobre, ou seja, afirmar que todo pobre acredita ser a violência a única saída para sua condição social. Apesar da crítica inicial a este pensamento, acaba por concordar com uma pesquisa que revela que o rico tende a ter mais atitudes éticas – e procura outras maneiras de convívio social que não a violência - do que o pobre. Outro leitor, ao afirmar que a violência não é justificável pelas condições sociais, aponta que a possibilidade de defender a violência seria justificar as atitudes de pedófilos, traficantes e exploradores de escravos. Diz ser “um absurdo” o fato de tentar explicar o ato violento. Outro leitor coloca que defender a violência é aceitar a barbárie e ofender os trabalhadores pobres e honestos que trabalham e estudam.

Por outro lado, os leitores que defendem Ferrez relatam que este não faz apologia ao crime, mas aponta para a desigualdade social como causadora da violência. Chamam atenção para a crítica simplista na afirmação de que “alguém é de esquerda”. Outro leitor coloca que Ferrez “mostrou a realidade do país” e demonstra “tristeza para aqueles que acreditam que os problemas do país são conjunturais ou religiosos / morais”. Outro leitor diz que o rapper expôs “a vida como ela é” e crítica os outros leitores que apontaram para a luta de classes como se ela nunca tivesse existido.

Os leitores que criticam o artigo de Ferrez por apologia ao crime, afirmam não acreditar que a violência seja resultado somente da condição material do sujeito, apontando para uma concepção individual para o ato violento. Podemos inferir esta análise no relato de um leitor que compara o ato violento a atitudes de pedófilos e

traficantes que, para ele (não entrarei aqui neste mérito), não possuem uma determinação objetiva. A leitora que afirma que “todo pobre tende a ser mais violento do que os ricos” aponta para as atitudes éticas como um ato de vontade e intrínseco ao sujeito, encobrendo as condições materiais que as determinam e construindo o estereótipo em que “todo pobre é violento”.

Apesar de apontarem para uma condição objetiva, a maioria dos leitores tende para uma visão individualista da violência, ou seja, como algo natural do homem. Os leitores criticam a visão mecanicista em que as condições sociais determinam o ato violento, ao apontarem para a maioria dos trabalhadores que vivem sob a mesma condição, mas não cometem o ato violento. A defesa que utilizam se baseiam na afirmação: se a maioria dos brasileiros não comete um ato violento, existe uma característica individual do sujeito.

A defesa da concepção individualista pode ser compreendida como uma tentativa de manutenção da ordem social e tem como consequência encobrir as diferenças sociais presentes na sociedade. Esta idéia é apresentada por dois leitores que criticam Azevedo, apontando para sua incapacidade de tolerar o outro como “o desejo de preservar e agravar a desigualdade social”.

No entanto, o fato de considerarem a existência de uma dimensão objetiva como constituinte do ato violento apresenta também a dificuldade dos indivíduos de explicarem um fenômeno social. A incompreensão sobre a constituição do homem e suas ações como determinado pelas condições objetivas (estruturalismo) ou pelas condições individuais (individualismo) é apontada por Gonçalves (2003) como um questionamento da racionalidade na modernidade.

Já os leitores que defendem Ferrez apontam para uma condição objetiva como produtora do ato violento e, segundo Gonçalves (2003)

“esta concepção objetiva absolutiza os fatores objetivos e submetem o sujeito, e a sua subjetividade, a realidade externa a ele” (p. 42), impedindo qualquer ação do sujeito sobre a realidade material.

Aqueles que criticam Ferrez e Huck procuram então por outras respostas e alternativas para compreensão do fenômeno da violência. Um leitor critica a luta de classes e aponta para sociedade e valores causadores da luta de classes como “sociedade consumista, corrupta e sem família”. Enquanto que outro leitor crítica a oposição do debate entre bem/mal, vítima/agressor, ao afirmar que a sociedade é mais complexa. Apesar de apontar para a complexidade do fenômeno, defende que a violência é social e não compreender isto é não querer reduzir a desigualdade. Mas são poucos leitores que apontam para a desigualdade social como constituinte de uma dimensão subjetiva.

A dimensão subjetiva presente nos discursos constitui uma concepção subjetivista ou objetivista do sujeito, nos levando à naturalização dos fenômenos sociais como revela Gonçalves (2003):

“Tanto nas visões objetivistas como subjetivistas, ocorre a separação e a naturalização desses aspectos (objetivos e subjetivos), como se pode ver a partir das diferentes explicações que as diferentes teorias dão a interação entre os dois tipos de fatores. Assim, as visões objetivistas absolutizam os fatores objetivos e submetem o sujeito, e a sua subjetividade, a realidade externa a ele. E, nas visões subjetivistas, sujeito e subjetividade são ilusoriamente tornados autônomos e absolutos. No primeiro caso, o resultado é uma subjetividade desconsiderada na sua complexidade, seja por sua redução ao comportamento ou aos aspectos racionais-

cognitivos. No segundo caso, a subjetividade é ilusoriamente tomada em sua complexidade, já que, embora apresentada como complexa, termina por ser limitada por uma realidade hostil, que impede sua realização” (p. 47)

Assim, apontar para a condição social como determinante para o ato violento revela uma visão simplificada da realidade e, por outro lado, a visão da violência como algo inato, encobre a questão da vulnerabilidade e a percepção que a realidade a condição social, de fato, produz uma subjetividade. Ambas as visões de como o homem se relaciona com o mundo tiram a singularidade do homem e a constituição do sujeito como um ser singular, histórico e social.

Direitos e Deveres

Luciano Huck afirma realizar seu dever de cidadão ao pagar os impostos quando relata: *“Juro que pago todos os meus impostos, uma fortuna. E como resultado, depois de um cafezinho, em vez de balas de caramelo, quase recebo balas de chumbo na testa”*. Refere-se novamente a troca injusta de alguém que procura fazer o bem e recebe um assalto quando diz: *Passo o dia tentando deixar as pessoas mais felizes e como tentar fazer este país mais bacana. TV diverte e a ONG que presido tem um trabalho sério e eficiente em sua missão. Escrevo para falar da indignação de alguém que dirigiu sua vida para ajudar a construir um cenário mais maduro, mais profissional, mais equilibrado e conclui- com um 38 na testa- que o país está em diversas frentes caminhando nessa direção, mas, de outro lado, continua*

mergulhado em problemas quase infantis para uma sociedade justa e moderna.

O apresentador então culpa o governo por não cumprir seu dever, referindo-se a segurança pública e aos projetos sociais: *“Estou à procura do salvador da pátria. Onde estão os projetos? Onde está a polícia? O governador? O presidente?”*

As opiniões de Huck são acompanhadas por sentimentos de revolta, indignação, vergonha e humilhação.

A grande maioria dos leitores defende Huck ao dizer que a sua riqueza foi conquistada através do trabalho e de maneira honesta e, por isso, não pode ser condenado ou culpado pela situação de violência. Também relatam que ele não pode ser culpado por ter recebido oportunidade e talento. Os leitores criticam àqueles que apontam que ter uma condição financeira é crime ao justificar que a condição de riqueza foi obtida por méritos pessoais. A justificativa da meritocracia nos remete a análise e pesquisa de Scalon, que revela que *“quando os determinantes das diferenças na obtenção de posições sociais e riqueza são reconhecidos como justos – como a crença nas recompensas individuais - há maior tolerância com a desigualdade de renda”*. Desta forma, o esforço individual aparece no discurso dos leitores quando apontam para justificar a riqueza do apresentador – e não culpabilizá-lo quanto à violência ao relatarem: *“Para ter um rolex, Luciano Huck trabalhou muito..não tem culpa de ter recebido talento e oportunidade (Barboza, Cartas ao Leitor, 4/10)*. A presença da meritocracia esconde as injustiças sociais e as condições de vida precária de muitos brasileiros, legitimando a desigualdade social e colocando a violência como um ato irresponsável e de natureza individual.

Alem disso, os leitores apresentam o fato de que Huck paga os impostos e preside uma ONG, ou seja, ao cumprir com seus deveres de

cidadão. As soluções apontadas por Huck para resolver o problema da violência por parte do governo são, justamente, de segurança pública e projetos sociais. Neste sentido, o Estado aparece como culpado para o fracasso das políticas sociais. Observa-se que a elite não se sente responsável pelo problema da desigualdade e pobreza, transferindo o problema ao Estado, resultado este da construção do Estado como órgão responsável pelo desenvolvimento do país. Apesar da crítica a omissão do Estado, a classe alta não parece comprometidas em contribuir para ações coletivas. A alternativa às políticas públicas aparece, segundo Medeiros, pelos ricos como tentativa de melhorias para os pobres sem perdas para os não-pobres, ou seja, sem que haja a transferência de renda ou da condição de vida do rico.

Por outro lado, dois autores afirmam se tratar de um paradoxo Huck combater a violência por ser “fonte” da mesma. Neste discurso está presente a concepção de que apesar de Huck buscar combater a violência através de sua ONG, a sua condição extrema de riqueza é que torna a sociedade violenta. Ou seja, a desigualdade social produz a violência. Estes leitores apontam para a distribuição de renda como solução para a violência, sendo que um deles afirma ironicamente que Huck não quer entrar nesta guerra. Medeiros também revela a baixa quantidade de políticas públicas de transferência de renda no país, revelando a dificuldade desta medida em função da manutenção da ordem social.

O debate e as cartas seguem em torno do dever de cada um, apontando para um caminho de individualidade, em que cada um é responsável por si e seu sucesso. A riqueza não é colocada como causadora da violência na medida em que é justificada pelos méritos pessoais de cada um. A culpabilidade aparece como busca pelo responsável pela violência e cumpre com a função de encobrir a complexidade do fenômeno e a disparidade de renda e social

existente na cidade de São Paulo. A violência aparece como algo individual, na medida em que desreponsabiliza os indivíduos para encarar o fenômeno e buscar por alternativas para superá-lo. Observa-se a dificuldade em se comprometer e apontar para a desigualdade social como possível causadora para a violência.

Percepção da Desigualdade Social

Huck demonstra sua percepção da desigualdade social ao relatar: *De um lado, a punjança do Brasil. Mas do outro, crianças sendo assassinadas a golpes de estilete na periferia, assaltos à mão armada sendo executado em série em bairros ricos, corruptos notórios e comprovados mantendo-se no governo (...) o país está em diversas frentes caminhando nessa direção, mas, de outro lado, continua mergulhado em problemas quase infantis para uma sociedade justa e moderna.*

Ferrez aponta para esta questão ao descrever a incoerência da distribuição de renda e de valores no país na frase: *“Como alguém pode usar no braço algo que dá para comprar várias casas na sua quebrada?”*. Refere-se ao fato de que as extremas condições de riqueza e pobreza geram uma subjetividade exposta na frase: *“Nunca puderam fazer o mesmo para seus filhos”*, revelando uma concepção moral e uma possível causa para o ato violento.

A visão de Huck é muito mais uma revolta com a situação do país. Não aponta pela incoerência da distribuição de riqueza, somente para a realidade cruel em que vive. No entanto, o apresentador apresentou sua visão somente no momento em que foi assaltado e foi muito criticado por isto. Os leitores o acusam de perceber a realidade somente quando é roubado. Neste sentido, é criticado pela arrogância de acreditar que melhora a vida das pessoas enquanto que há uma realidade cruel acontecendo. Ao relatar: *Quase perdi minha vida por um relógio*, o apresentador coloca o valor que atribui ao relógio e a indignação de quase perder sua vida por causa do objeto. Em contraposição, Ferrez revela o valor do mesmo relógio para o pobre, revelando sua percepção da situação da desigualdade na distribuição de riqueza e das conseqüências produzidas na subjetividade do indivíduo que vê no outro diversas possibilidades que lhe são ausentes em decorrência de sua condição material de vida.

Enquanto que Ferrez apresenta a visão do pobre para a incoerência da desigual distribuição de riqueza como geradora de violência, Huck olha para realidade brasileira com uma crítica quando foi tomado pela violência.

Um leitor aponta para a normalidade da violência e chama Huck para *"se juntar aos cidadãos comuns na luta"*. Outro leitor se pergunta se *"não é a maneira de acordarem, ou seja, estão ameaçados tanto quanto os pobres"*. Um outro leitor defende o capitalismo como o mais eficiente dos sistemas, desde que sejam dadas oportunidades iguais. No entanto, condena a ostentação, ou seja, o crescimento da cultura do luxo diante de tanta miséria. *"É coerente com a realidade usar relógio tão caro assim que equivale a uma casa? Se nada for feito, o usufruto da riqueza é comprometido, ou seja, a desigualdade social para este leitor é como causadora da violência"*. A grande maioria dos leitores

criticam Huck neste momento, por sua crítica em relação a situação do país somente quando é atingido pela violência.

Riqueza e Pobreza

Ao apresentar a situação em que um menino não consegue pedir dinheiro no farol, Ferrez procura demonstrar a “invisibilidade” sentida pelo pobre em relação ao rico, representada pelo vidro escuro do carro. *“O menino no farol não consegue pedir dinheiro, o vidro escuro não deixa mostrar nada”*. Ferrez nos mostra a tentativa do pobre em recusar esta invisibilidade e o estigma que carrega como alguém sem valor e descartável, apesar de viver sob condições precárias ao relatar: *“Pensou que, apesar de morar perto do lixo, não fazia parte dele, não era lixo”*. O rapper expõe então a percepção deste menino sobre a condição do rico como alguém que aproveita a vida e não conhece a realidade do país, *“Enquanto isso, muitos em seus carros ouvem suas músicas, falam em seus celulares e pensam que estão vivos num país legal”*, ou seja, não compartilha de uma condição social e um sofrimento vivido por ele.

A invisibilidade descrita por Ferrez pode ser denominada como um elemento do que Moura chamou de humilhação social, sendo esta descrita como *“... a humilhação crônica, longamente sofrida pelos pobres e seus ancestrais, é efeito da desigualdade política, indica a exclusão recorrente de uma classe inteira de homens para fora de âmbito intersubjetivo de iniciativa e da palavra, mas também é de dentro que, no humilhado, a humilhação vem atacar. Esta “modalidade de angústia” é vivida pelo pobre que se manifesta no corpo, na voz e na imaginação dos sujeitos o impede de ação perante a realidade que o aflige.*

Por outro lado, Huck revela sua percepção do pobre como alguém estranho e que lhe causa incômodo ao se referir aos assaltantes como “*um par de extraterrestres*”. O sentimento de pena também se apresenta, descrito pela condição física em que se encontravam os assaltantes - que se assemelham com a idéia do lixo descrita acima - quando relata: “*Pena dos dois pobres coitados: naquela moto, par de capacetes velhos e 38 carregado*”.

A violência é justificada como um movimento de defesa perante este sentimento, chamando a atenção não somente para um esquecimento das condições materiais que lhe são escassas, mas o olhar do rico que não lhe foge a todo instante, como na situação no farol. Neste caso, não se tratava somente de entregar o dinheiro, mas de um contato renegado ao pobre e concretizado pelo vidro escuro do carro.

Outra afirmação do apresentador demonstra a exclusão territorial existente na cidade de São Paulo como constituinte de um sentimento de incômodo e exclusão moral quando descreve “*Um par de extraterrestres desfilando pelos bairros nobres de São Paulo*”, nos remetendo à análise de Moura que aponta para a segregação física da cidade de São Paulo como geradora de uma dimensão subjetiva que “gera nos pobres, quando nestes locais, sentimentos de não pertencimento ao lugar, mal estar em público e sentimento de amargura” enquanto que configura nos ricos sentimentos de incômodo e incoerência, revelada em tom de ironia por Huck quando este descreve que os pobres “*desfilam*” por seus espaços (bairros nobres), demonstrando a incoerência da cena.

A dimensão subjetiva revela sentimentos de humilhação e invisibilidade e uma percepção do outro (rico) como alguém feliz, distante e que não compartilha da mesma realidade bem como sentimentos de estranhamento, incômodo, pena e revolta. Se por um

lado, a invisibilidade e humilhação impedem a ação do sujeito, como nos revela Moura ao apresentar o conceito de Humilhação Social, o estranhamento, a pena e a revolta também afastam e distanciam cada vez mais as classes sociais.

Um dos leitores, ao criticar a raiva manifestada pelo apresentador frente ao assalto, refere-se aos pobres como indivíduos que também se cansaram da situação de violência. No entanto, aponta para o descaso pelo sofrimento do pobre, por serem considerados “derrotados” pelos ricos. Esta percepção do leitor nos remete a análise de Souza ao descrever os conceitos de *habitus* como “um conjunto de esquemas avaliativos e disposições de comportamento objetivamente internalizados e incorporados, que permite o compartilhamento de uma noção de dignidade por classes que homogeneízam uma economia emocional dos membros”. O fato dos pobres não possuírem as qualidades ideologicamente sustentadas pela sociedade de mercado, os classificaria como “derrotados” ou sem valor no mundo moderno. O autor cita exemplos de violência gerada contra estes fracassados, ao mencionar o caso dos meninos que colocaram fogo em um índio que dormia na rua. Revela assim uma dimensão subjetiva marcada por sentimentos de raiva diante daqueles que não compartilham dos valores e características necessárias no capitalismo, sentimento este capaz de se transformar em um ato violento.

Em contraposição, aqueles que criticam Ferrez expressam o repúdio à idéia de que somente o pobre pode sofrer em detrimento do desabafo de raiva e dor de Huck. “Será que a dor, o medo e a tristeza desse pai de família não são levados em conta? Por ser abandonado, todo sentimento e café com leite, não vale ou é brincadeira de riquinho? Só quem frequenta a fila do SUS, mora na favela, estuda em

escola pública etc. e que tem sentimentos? (Velacchici, Carta ao Leitor, 4/10).

Observa-se que a dimensão subjetiva que se configura é caracterizada por uma percepção polarizada na concepção entre classes sociais e o sofrimento, em que o pobre teria permissão para sofrer como consequência de sua condição social e o rico não pode sofrer, por ser julgado culpado pela situação do pobre. Esta divisão entre a vítima e o agressor gera sentimentos de revolta em ambas as classes sociais e tem como consequência anular o sofrimento do pobre decorrente de sua condição social e retirar a possibilidade de revolta da classe rica perante a situação do assalto. A tentativa de justificar o sentimento de ambos, como se somente uma classe social pudesse sofrer, simplifica a complexidade do fenômeno da desigualdade social. Como decorrência, a possibilidade de sofrimento pelas condições sociais precárias e a humilhação da classe baixa é encoberta e banalizada e a revolta e o incômodo do rico também são justificados.

CONCLUSÃO

Na presente pesquisa, observou-se uma dimensão subjetiva do fenômeno da desigualdade social através da análise de um episódio de violência caracterizada pelos seguintes elementos:

No discurso dos leitores que criticam Ferrez, está presente a percepção de que a violência não pode ser vista como produto social, ao argumentarem que existem muitos brasileiros pobres que não optam pelo ato violento para mudar de vida e ascender socialmente. Para tanto, os méritos pessoais, através do trabalho, são apontados como meio para alcançar a riqueza. A crença na meritocracia como característica determinante para a mobilidade social legitima a situação de desigualdade social, na medida em que não leva em consideração a desigual distribuição de renda e as qualidades exigidas pelo capitalismo, apontadas por Souza, tanto para o ato violento, quanto para as precárias condições de vida de muitos brasileiros.

Neste momento, o Estado aparece como aquele que tem que providenciar as condições necessárias para que a disputa seja igual para todos através de políticas públicas de educação, saúde e

emprego. Com a crença na meritocracia, observamos o ideário em que cada um é responsável por si e, enquanto o governo não proporciona as condições de vida apontadas acima, a busca individual para sucesso e sobrevivência perpetua.

Ao mesmo tempo em que colocam o Estado como culpado para a violência, os leitores apontam para uma condição individual para a mesma. Esta contradição presente no discurso, ao recorrer à idéia de uma natureza universal do ato violento, aparece como uma tentativa de não olhar para a desigualdade social do país bem como uma dificuldade dos indivíduos em explicar um fenômeno humano.

A culpabilização e a divisão entre o bem/mal, vítima/agressor no fenômeno de violência presente no discurso dos leitores revela a naturalização do fenômeno da desigualdade social: as tentativas de justificar a violência como condição objetiva ou subjetiva naturalizam a complexidade do fenômeno na medida em que a primeira retira a possibilidade de ação do sujeito - quando as condições objetivas justificam todo seu ato - e a segunda culpabiliza o sujeito, não levando em consideração o meio material como constituinte de sua subjetividade.

A tolerância com o diferente e a possibilidade de compreensão de que todos tem o direito de uma vida digna levaram a banalização do sofrimento alheio - em que o pobre pode sofrer e o rico não. A aparência de pobre é posta como algo que os distingue: algo que denuncia sua condição e que serve aos outros para diferenciá-los e tratá-los de forma rude e revolta. O discurso do Huck, ao descrever os assaltantes como "um par de extraterrestres desfilando pelos bairros nobres de São Paulo", revela claramente os sentimentos de estranhamento frente à classe social baixa. O individualismo, em que cada um é responsável por si, esconde a dificuldade de observar o

outro, sendo que o “vidro escuro do carro” cumpre com papel de ocultar o incômodo presente.

A aparente integração social justificada pela meritocracia encobre os preconceitos, a dominação e espoliação econômico-cultural de pessoas e classes sociais, que são submetidos, interpretados e justificados como “desvios de percurso”.

Importante apontar ao fato de que somente um leitor apresentou a percepção de humilhação presente. Em contraponto, Huck só percebe a realidade quando sofre um assalto. Neste momento, culpabiliza o outro, se revolta, mas não o percebe como um sujeito. Por outro lado, o rico também é tido como culpado, e a violência torna-se justificável.

A luta de classes e a culpabilização constante, além de encobrir a historicidade do fenômeno, nos revela que não há um grupo para orientar a sociedade, buscar uma trégua. Neste momento, suplica-se e multiplica-se a proteção de economistas, sociólogos como se algum deles pudesse restituir a esperança “no próximo”. Neste sentido, observa-se que a dimensão subjetiva do fenômeno não é considerada no fenômeno da desigualdade social.

Nas cartas aos leitores, vê-se a impossibilidade de resgate da história dos fenômenos humanos e da violência. A naturalização da desigualdade social é colocada na falta de percepção do fenômeno como um processo, mas sim como uma situação dada, posta, em que cabe ao outro a responsabilidade para resolvê-la. Busca-se definir o fenômeno social como responsabilidade única do sujeito, em sua conquista por trabalho, dinheiro e sucesso.

Se não conseguimos resgatar nossa própria história, o que nos resta? Construir um mundo justo? Para quê? Para quem? Por acaso um mundo mais justo seria aquele em que todos pudessem ter acesso ao

que as elites têm? A exclusão, que separa o grupo dos miseráveis e o grupo da elite, constrói um mesmo objetivo, como revela Souza ao citar as qualidades exigidas pelo capitalismo buscadas por todos. Neste momento, a classe social baixa, ao não ter as condições necessárias para alcançar estes objetivos é tomada como fracassada, construindo uma dimensão subjetiva caracterizada por sentimentos de descaso e fracasso para com aqueles que não conseguem atingi-las.

O objeto de desejo de que todos estão em busca, a ascensão social como propósito de vida entram em choque com a extrema desigualdade social e ondas de violência e revelam a necessidade de atentarmos para as escassas condições de vida de milhões de brasileiros, para a desigual distribuição de renda como um processo que precisa ser transformado, em destaque para a importância e urgência de olharmos para o outro como ser singular e social, em contraponto com a invisibilidade para com a situação do próximo. Para construção de um mundo justo é preciso resgatar a nossa história e sairmos da condição de relativismo/inconformismo presente, ou seja, das posições dicotômicas existentes em que somente o pobre sofre e o rico não.

Faz-se necessário colocar nosso desejo em outro lugar, nossas necessidades e anseios para que uma ação transformadora da realidade seja possível, como revela Gonzalez ao dizer que, para um pensamento e uma ação se concretizarem, para novos sentidos e significados serem produzidos, é preciso um objeto que satisfaça o sujeito. Seria muito propor que pensássemos juntos em refazer a amizade, a lealdade e a fidelidade, em um projeto coletivo?

Para que isto aconteça, é necessário resgatarmos o sujeito histórico, social singular em detrimento de um sujeito individual. O fundamental, entretanto, é abandonar a posição de contemplação da degradação alheia ou da própria degradação. Há necessidade de

sairmos da culpabilidade e arrumarmos outros meios de atuação e satisfação.

Neste momento, concordo com Freire (2004): “Um grão de loucura e devaneio, quem sabe, é desta falta que padecem nossas almas mortas, famintas de encantamento e razão de viver”.

Será isto que produziu, com este debate, o “desmiolado” Ferrez?

BIBLIOGRAFIA

BOCK, Ana Maria M; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2003.

FREIRE, Jurandir. A devoração da esperança no próximo. *Folha de São Paulo*. São Paulo, set 22, 1996.

GONÇALVES, Maria da Graça M. *Psicologia Sócio-Histórica e Políticas Públicas – A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais*, 2003, 197p. Dissertação (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

IPEA. Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano. Comunicado da Presidência, n. 7, ago 2008.

MACIEL, Fabrício. Todo trabalho é digno? Um ensaio sobre moralidade e reconhecimento na modernidade periférica. IN: *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Humanitas, 2006, p. 286- 319.

MEDEIROS, Marcelo. *O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MEDEIROS, Marcelo. As oportunidades de ser rico por meio do trabalho estão abertas a todos? IN: *Texto para discussão*, 1026, 2004, Brasília, Ipea.

MEDEIROS, Marcelo. Crescimento, população e desigualdade: a formulação de políticas de combate a desigualdade e pobreza no Brasil. IN: *Seminários temáticos para 3º Conferencia Nacional e CT & I*, 2005, p.223-237.

Ministério da Fazenda. Brasília. Gasto Social, 2003.

MOURA, Gonçalves Filho. Humilhação social: um problema político em Psicologia. *Instituto de Psicologia, São Paulo*, v.9, n.2, p. 11-67, 1998.

OZZELLA, Sérgio; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. Núcleos de significação como instrumento para apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia Científica, Brasília*, v.26, n.2, p. 1-23, jun 2006.

PAUGAUM, Sergie. O enfraquecimento e a Ruptura dos vínculos sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. IN: SAWAIA, Bader (org.) *Artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 67-86.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo. Atlas da Exclusão Social. São Paulo: Cortez, 2003.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. IN: SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 97- 118.

SCALON, Celi. O jeitinho brasileiro de conviver com as desigualdades de renda. IN: VIII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2004, Coimbra, p. 34.

SOUZA, J. Por uma teoria da ação social da modernidade periférica – um diálogo com Florestan Fernandes. IN: IN: *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Humanitas, 2006, p. 56-67.

Anexo

1º de outubro

Artigo Luciano Huck: Pensamentos quase póstumos

Remete-se a possibilidade de ter morrido por causa do assalto de seu relógio. Tem pena dos assaltantes – associa ao fato do assalto com a ausência de infância e educação, mas não acha justificável. Aponta como solução a segurança pública. Se revolta por pagar os impostos e receber um assalto “em troca”. Se pergunta pela polícia. Refere-se aos assaltantes como “par de extraterrestres fortemente armados desfilando pelos bairros nobres de São Paulo”. Sente-se envergonhado por ser paulistano e humilhado.

4 outubro

- **Defesa Huck**

Leitor afirma que não é pecado ou crime ser rico e famoso. Crítica a idéia de que somente o pobre pode sofrer em detrimento do desabafo de raiva e dor de Huck. Defende o apresentador por ter conquistado a riqueza de maneira honesta (não é crime). E aponta a responsabilidade da violência para o governo.

- **Defesa Huck:**

Leitor afirma que não é pecado ou crime ter ótima condição financeira, sendo que esta idéia é da esquerda.

- **Crítica Huck:**

Leitor ironiza os reais interesses do discurso de Huck que são tranqüilidade e luxo.

- **Defesa a Huck:**

Defende que apresentador é trabalhador honesto e muito trabalhou e não é culpado por ter recebido oportunidade e talento. Ainda tem méritos por lembrar-se da família, afirmando que a desintegração dos laços familiares que são os determinantes da violência (não os ricos).

- **Crítica a Huck:**

Só agora que foi assaltado percebeu a realidade. Normalidade da violência. Chama H. para se juntar aos cidadãos comuns na luta.

5 de outubro

- **Crítica Huck:**

Leitor diz que ele precisou ter seu rolex roubado para perceber a realidade. Ironiza Huck pela humildade de “melhorar a vida das pessoas”

- **Crítica Huck**

Precisou ter rolex roubado para perceber realidade. Se pergunta se não é a maneira de acordarem, ou seja, estão ameaçados tanto quanto os pobres.

6 de outubro

- **Crítica Huck:**

Leitor defende o capitalismo como o mais eficiente dos sistemas, desde que sejam dadas oportunidades iguais. No entanto, condena a ostentação, ou seja, o crescimento da cultura do luxo diante de tanta miséria. É coerente com a realidade usar relógio tão caro assim que equivale a uma casa? Se nada for feito, o usufruto da riqueza é comprometido.

- **Crítica a Huck:**

Leitor apresenta a normalidade da violência. Crítica Huck ao perceber a realidade quando sofre a violência.

8 de outubro

Artigo Ferrez

Diante da fome: cada um por si, com seus problemas, sem sentimentalismo. Descreve a vida de uma pessoa pobre: se atrasa entrega, perde serviço, se morrer, tem outro na vaga. Se morrer, não terá homenagem e será mais um atrapalhando o trânsito. Teve infância. Mãe ficou bêbada e marido não a deixava sair de casa. Bebida que passa na TV, onde ninguém sofre. Teve educação. Nada que sirva para o século 21. Para que estudar se todos são aprovados? Propagandas: ou você tem ou não é nada. Super – herói: malandro do bairro, o exemplo. Apanhava do pai e dos policiais. Roubar o relógio e pagar as prestações da casa. Todos saíram ganhando: o assaltado ficou com a vida e o assaltante com o relógio.

- **Defesa a Huck:**

Leitor afirma que não é pecado ou crime ser rico e famoso. Crítica a idéia de que somente o pobre pode sofrer em detrimento do desabafo de raiva e dor de Huck. Afirma que somos todos culpados por não fazermos nada frente à classe política e brasileira sem caráter de todas as classes sociais.

- **Defesa a Huck:**

Leitor defende que ele não é culpado pela violência, pois conquistou sua riqueza de maneira honesta, pagando impostos (diferentemente de quem não paga) e sustenta uma ONG.

- **Defesa a Huck:**

Leitor prefere Huck que expôs seus sentimentos de raiva (legítimos) aos políticos corruptos.

- Apresenta o paradoxo da situação: Huck busca combater violência através de sua ONG ao passo que é fonte da mesma. Defende distribuição de renda e acredita que Huck (elite) não queira entrar nesta guerra.

9 de outubro

- **Crítica Ferrez:**

Humanização ou glamorização do ato marginal e o marginal em si: marginal com condicionantes sociais e psicológicos em que não há alternativa senão a violência. O assaltante pode ser culpado? Só porque é pobre e sofre, pode cometer um ato violento? Até que

ponto as condições sociais influenciam a violência? Assaltante é o culpado!

- **Crítica Ferrez:**

Crítica a apologia à criminalidade, roubo e violência. Diz que isto é reforçar os estereótipos negativos. Começa a concordar com a pesquisa de um sociólogo: elite com mais atitudes éticas do que classes mais baixas.

- **Crítica a Ferrez:**

Leitor crítica escritor por apologia ao crime, método de esquerda desmiolada. Se é possível fazer apologia ao crime, leitor ironiza possibilidade jornal deixar pedófilos, traficantes e exploradores de escravos se exporem.

- **Crítica a ambos:**

Leitor se revolta quando rico se revolta quando rico se queixa da violência, resultado da desigualdade social. Mas também crítica a apologia ao crime. Defende a distribuição de renda.

- **Defesa a Ferrez:**

Leitor diz que governo faz mais apologia ao crime do que escritor. Entendeu o final como uma provocação.

- **Crítica a Ferrez:**

Leitor coloca que violência não é justificável (vida X rolex)

10 de outubro

- **Crítica a Ferrez:**

Apologia ao crime.

- Lamenta pela camada pobre (dele própria) que se faz de coitada e excluída. Vitimas da própria negligencia e comodismo. Tudo só vai mudar quando atingir a elite (incluindo querido Huck).
- Leitor coloca que todos os cidadãos devem refletir sobre a violência. Programas de televisão incentivar pensamento crítico. Não adianta Huck presidir uma ONG.

11 de outubro

- **Crítica aos ambos**

Leitor crítica a luta de classes e aponta para sociedade e valores como causadores da luta de classes, como sociedade consumista, corrupta e sem família.

- **Defesa a Ferrez:**

Leitor se refere aos pobres como indivíduos que também se cansaram da situação atual e não somente os ricos. Mas aponta o descaso pelo sofrimento do pobre, pois são considerados derrotados pelos ricos. Invisibilidade, violência pobre X rico. Crítica Huck por agora ter percebido a realidade.

- **Defesa a Ferrez:**

Leitor coloca que ele mostrou a realidade do país. E demonstra tristeza aqueles que acreditam que são conjunturais ou passageiros ou religiosos/morais. Também crítica Huck por apontar a polícia como solução.

12 de outubro

- **Crítica a ambos**

Leitor crítica a posição do debate entre bem/mal, vítima/agressor, pois a sociedade é mais complexa. Defende que a violência é social e não compreender isto é não querer reduzir a desigualdade. Combate a idéia da segurança pública como solução para violência e diminuição da sensação de insegurança.

- **Defesa a Ferrez**

Leitor diz que escritor expôs a vida como ela é. Crítica os outros leitores que apontaram para a luta de classes como se ela nunca tivesse existido. Ou seja, este processo é a luta de classes.

13 de outubro

- **Crítica a Ferrez**

Leitor crítica a exaltação que Ferrez faz dos criminosos e defende o fim deles.

- Leitor crítica a categorização e cristalização das idéias em partidos ou estereótipos e se pergunta se existe outro lugar para ele. Questão da necessidade de pertencimento.

15 de outubro

Debates: A pluralidade e a revolução dos idiotas. Reinaldo Azevedo

Crítica a Ferrez por apologia ao crime. Defende a propriedade privada. Admitir a voz do assalto é o mesmo que a pedofilia, terrorismo, luta armada e o racismo, ou seja, não há justificativas para tal ato. Fazer

apologia ao crime é aceitar a barbárie. Ao contrario disto, defende a democracia. Defende a policia. Chama Ferrez de esquerdista e pensamento politicamente correto.

16 de outubro

- **Crítica a Ferrez**

Leitor crítica a apologia do crime, onde tudo é justificável. Coloca que defender a violência é aceitar que a barbárie e ofender os trabalhadores pobres e honestos que trabalham e estudam. Ao invés disso, é necessário que haja democracia. Polariza a questão: democracia implica em respeitar e cumprir com os direitos e deveres dos cidadãos, o que não ocorre no Brasil.

- **Defesa a Ferrez**

Crítica Azevedo ao dizer que Ferrez não faz apologia ao crime, mas aponta a desigualdade social como causadora da violência. Chama atenção que a banalização e crítica simplista de dizer que "alguém é de esquerda", assim como Azevedo chama Ferrez, é olhar a realidade e o abismo entre as classes sociais.

17 de outubro

- **Crítica a Azevedo**

Leitor crítica a incapacidade de tolerar o outro de Azevedo. Apresenta a intolerância como o desejo de preservar e agravar a desigualdade social. Ao preferir Ferrez, Mano Brown e o assaltante, coloca que não defende a apologia ao crime, mas indica sua escolha por um lado, ou seja, o lado do povo.

- **Crítica a Azevedo**

Leitor crítica a democracia que Azevedo defende ao apontar para a situação cruel da realidade brasileira. Ou seja, esta não é a democracia!

18 de outubro

Artigo Clovis Rossi: apresenta o episódio em que o Julio, padre, foi assaltado. Pensa: se roubar o rico é promover a distribuição de renda, porque roubar um pobre?

- **Crítica a Azevedo**

Leitor diz que Azevedo expressa pensamento de direita: defende propriedade privada, resiste a políticas públicas e esconde-se na democracia formal. Pedofilia X Rolex. Afirma que violência é questão social.

19 de outubro

- População cansada da falta de indignação, que trabalha para ter as coisas e que não aceita apologia ao crime, em que tudo é possível.
- Julio é um padre que só quer fazer o bem e recebe um assalto em troca. Será que a culpa é de Julio em querer salvar as pessoas, uma causa solitária (elite, governo e esquerda). Assim, se questiona se a desigualdade é mesmo a culpada pela delinquência ou se o homem é mesmo o lobo do homem?

22 de outubro

- O roubo do rolex não se justifica pela pobreza e desigualdade social. O repudio ao roubo não é privilegio da direita e a pobreza não justifica os crimes. Milhões de pobres que ganham a vida honestamente.